



RJPAR-14/011

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
BANCO GUANABARA S.A.

Rio de Janeiro – RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Guanabara S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas não contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nessas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no tópico primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Guanabara S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre e do exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

5. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e nosso relatório sobre as mesmas, datado de 07 de fevereiro de 2013, não conteve modificação.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2014.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG – F – 757 – RJ

Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491-S-RJ

Fernando Carneiro da Motta
Contador CRCMG – 4.419-S-RJ



BANCO GUANABARA

D EMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

▶ Balanço

2013

BANCO GUANABARA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
ATIVO		
CIRCULANTE	<u>917.667</u>	<u>767.085</u>
Disponibilidades	1.740	1.347
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>557.641</u>	<u>374.124</u>
Aplicações em operações compromissadas	557.641	374.124
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	<u>29.506</u>	<u>28.834</u>
Carteira própria	29.506	28.834
Relações interfinanceiras	<u>2.918</u>	<u>2.007</u>
Créditos Vinculados	-	171
Correspondentes	2.918	1.836
Operações de créditos	<u>318.061</u>	<u>358.426</u>
Setor privado	337.284	387.968
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(19.223)	(29.542)
Operações de arrendamento mercantil	<u>(1.383)</u>	<u>(2.650)</u>
Setor privado	3.153	7.388
Rendas a apropriar de arrendamentos	(2.959)	(7.119)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.577)	(2.919)
Outros créditos	<u>1.721</u>	<u>608</u>
Negociação e intermediação de valores	-	4
Diversos	2.675	6.820
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(954)	(6.216)
Outros valores e bens	<u>7.463</u>	<u>4.389</u>
Outros valores e bens	7.385	4.308
Despesas antecipadas	78	81
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>115.342</u>	<u>174.452</u>
Títulos e valores mobiliários	<u>35</u>	<u>49</u>
Carteira própria	35	49
Relações interfinanceiras	4.232	3.024
Créditos Vinculados	4.232	3.024
Operações de crédito	<u>110.598</u>	<u>169.667</u>
Setor privado	110.598	169.667
Operações de arrendamento mercantil	-	-
Operações de arrendamentos a receber	-	-
Setor privado	894	3.951
Rendas a apropriar de arrendamentos	(894)	(3.951)
Outros créditos	<u>423</u>	<u>1.612</u>
Diversos	423	1.921
Provisão de outros créditos	-	(309)
Outros valores e bens	<u>54</u>	<u>100</u>
Despesas antecipadas	54	100
PERMANENTE	<u>34.910</u>	<u>61.404</u>
Investimentos	<u>1.616</u>	<u>1.602</u>
Participações em coligadas	139	125
Outros investimentos	1.477	1.477
Imobilizado	<u>33.054</u>	<u>59.656</u>
Outras imobilizações de uso	3.307	3.045
Depreciações acumuladas	(2.424)	(2.088)
Imobilizado de arrendamento	74.590	121.891
Depreciações acumuladas	(42.419)	(63.192)
Diferido	<u>27</u>	<u>69</u>
Gastos de organização e expansão	656	699
Amortizações acumuladas	(629)	(630)
Intangível	213	77
Total do Ativo	<u>1.067.919</u>	<u>1.002.941</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	269.644	209.893
Depósitos	169.749	55.532
Depósitos à vista	16.915	8.249
Depósitos a prazo	152.834	47.283
Obrigações por empréstimos e repasses	80.313	124.226
FINAME	80.313	124.226
Outras obrigações	19.582	30.135
Arrecadação de tributos e assemelhados	93	59
Sociais e estatutárias	1.261	-
Fiscais e previdenciárias	11.968	19.566
Negociação intermediação valores	-	-
Diversas	6.260	10.510
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	671.544	670.492
Depósitos	533.172	447.354
Depósitos à prazo	533.172	447.354
Obrigações por empréstimos e repasses	46.746	121.400
FINAME	46.746	121.400
Outras obrigações	91.626	101.738
Fiscais e previdenciárias	1.067	8.419
Dividas Subordinadas	69.727	64.530
Diversas	20.832	28.789
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	417	413
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	126.314	122.143
Capital social	66.000	66.000
Reservas de capital	1.812	1.812
Reservas de lucros	58.502	54.331
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.067.919	1.002.941

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31.12.13	Exercício findo em 31.12.13	Exercício findo em 31.12.12
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	70.295	134.826	160.016
Rendas de operações de crédito	33.969	65.620	71.314
Rendas de arrendamento mercantil	12.369	29.104	53.340
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	23.957	40.102	35.362
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(54.586)	(101.891)	(135.045)
Despesas de captação no mercado	(31.883)	(53.320)	(43.309)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(3.348)	(8.202)	(13.753)
Despesas de arrendamento mercantil	(11.824)	(27.771)	(49.246)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.531)	(12.598)	(28.737)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.709	32.935	24.971
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(12.491)	(23.756)	(24.853)
Receitas de prestação de serviços	814	1.465	831
Despesas de pessoal	(7.248)	(13.916)	(11.983)
Outras despesas administrativas	(4.895)	(9.298)	(10.403)
Despesas tributárias	(1.176)	(2.391)	(2.750)
Resultado de Participações Coligadas e Controladas	(85)	(85)	(222)
Outras receitas operacionais	453	857	540
Outras despesas operacionais	(354)	(388)	(866)
RESULTADO OPERACIONAL	3.218	9.179	118
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(27)	(27)	80
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO	3.191	9.152	198
Provisão para Contribuição Social	32	6	(1.597)
Provisão para Imposto de Renda	728	1.488	(2.773)
Participações nos Lucros	(368)	(368)	(15)
LUCRO DO PERÍODO	3.583	10.278	(4.187)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(5.013)	(6.107)	(7.707)
LUCRO POR AÇÃO	0,05	0,16	(0,06)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 30.06.13	66.000	1.812	1.328	53.003	5.601	127.744
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	3.583	3.583
Destinações:						
Reservas	-	-	209	-	(209)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(5.013)	(5.013)
Outras Reservas	-	-	-	3.962	(3.962)	-
Saldo em 31.12.13	66.000	1.812	1.537	56.965	-	126.314
Saldo em 31.12.12	66.000	1.812	1.328	53.003	-	122.143
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	10.278	10.278
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	209	-	(209)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(6.107)	(6.107)
Outras Reservas	-	-	-	3.962	(3.962)	-
Saldo em 31.12.13	66.000	1.812	1.537	56.965	-	126.314
Saldo em 31.12.11	66.000	1.812	1.328	64.897	-	134.037
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	-	-	(4.187)	-
Destinações:						
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(7.707)	(7.707)
Absorção de Prejuízo	-	-	-	(11.894)	11.894	-
Saldo em 31.12.12	66.000	1.812	1.328	53.003	-	122.143

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BANCO GUANABARA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31.12.13	Exercício findo em 31.12.13	Exercício findo em 31.12.12
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	3.583	10.278	(4.187)
Ajuste ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações	3.345	8.680	19.624
(Superveniência) / Insuficiência da depreciação	8.168	18.348	31.216
Ajuste de Equivalência Patrimonial	85	85	222
Lucro Líquido Ajustado	15.181	37.391	46.875
(Aumento) e Redução em ativos operacionais			
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
(Aumento)/Redução Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.756	(1.982)	694
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito, líquido de baixas/recuperações	60.144	99.433	(16.715)
(Aumento)/Redução em Arrendamento Mercantil, líquido de baixas/recuperações	(293)	(1.266)	41
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	2.464	75	(2.644)
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	313	(3.029)	(4.154)
Aumento e (Redução) em Passivos operacionais			
Aumento/(Redução) em depósitos	92.810	199.913	20.599
Aumento/(Redução)Relações Recursos de Letras de Cred Imobiliário	(23)	120	2.136
Aumento/(Redução)Relações Interfinanceiras e Interdependências	(137)	(137)	(3.242)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimo e Repasse	(53.970)	(118.566)	(7.885)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(7.232)	(20.664)	(19.509)
Aumento/(Redução) Resultado Exercício Futuro	249	5	352
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	111.262	191.293	16.548
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de investimento	-	(99)	(99)
(Aumento)/Redução em Títulos Valores Imobiliários	(2.254)	(658)	(3.684)
Alienação Imobilizado de Arrendamento	-	(130)	2.872
Aquisição de Imobilizado de Uso	(251)	(262)	(193)
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	-	38	(3.120)
Aplicação de Diferido	(160)	(165)	(129)
Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Investimento	(2.665)	(1.276)	(4.353)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ajuste participações Patrimonial	-	-	65
Aumento em participações societárias	-	-	(248)
Juros s/Capital Próprio	(5.013)	(6.107)	(7.707)
Caixa utilizado nas Atividades de Financiamento	(5.013)	(6.107)	(7.890)
(Redução) / Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	103.584	183.910	4.305
No início do período	455.797	375.471	371.166
No fim do período	559.381	559.381	375.471

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA DIRETORIA:

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de Vsas., as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária adaptadas às normas do Banco Central do Brasil, para os exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012. Rio de Janeiro, 17 de março de 2014. A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **BANCO GUANABARA S.A.** é uma sociedade de capital fechado, operando sob a forma de Banco Múltiplo, com as seguintes carteiras: Comercial, Crédito, Financiamento e Investimentos e de Arrendamento Mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável.

No processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu, e o BACEN homologou os seguintes pronunciamentos contábeis os quais foram adotados pelo Banco:

- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 – Demonstrações de fluxos de caixa – Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 – Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros - Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 – Eventos subsequentes – Resolução CMN nº 3.973/11; e
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes. As receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pós-fixados são contabilizadas *pró-rata* dia e as operações pré-fixadas registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de renda a apropriar ou despesas apropriar correspondentes ao período futuro.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e das aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os compromissos assumidos por vendas e/ou recompras são reconhecidos nas contas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Captações no Mercado Aberto e operações compromissadas lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro, líquidos das rendas e despesas a apropriar reconhecidas no resultado "*pro rata temporis*".

d. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a Administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os **instrumentos financeiros derivativos** – “Hedge” de Risco de Mercado são contabilizados pelo valor de custo, com os ganhos e as perdas reconhecidos diretamente no resultado, já que os mesmos serão levados até o vencimento.

e. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os saldos de repasses interfinanceiros, operações de créditos e obrigações de repasses no País, incluem os encargos e as variações monetárias até a data de encerramento do trimestre. As rendas e despesas pré - fixadas são apropriadas ao resultado, “pro rata” dia, de acordo com o prazo das operações.

As atualizações das operações de crédito vencidas são reconhecidas em receitas até o 60º dia e, a partir desse período, são registradas em rendas a realizar.

f. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil é constituída de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral; entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco, podem ser utilizados com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais precisas do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

g. Investimentos

Os investimentos permanentes estão registrados pelo valor de custo, líquido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

h. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens e a depreciação do imobilizado de arrendamento é calculada de forma acelerada, segundo as determinações da Portaria MF n.º 140/84. Os bens objeto de arrendamento são depreciados no prazo de vida útil - econômica estabelecida pela legislação tributária, reduzidos em 30% (trinta por cento). A taxa anual considerando essa aceleração é de 28,57% para veículos.

A superveniência de depreciação é constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular n.º 1.429/89, do Banco Central do Brasil, e resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor atual das contraprestações a vencer desses contratos. Está calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, classificada na demonstração do resultado em "Receitas com Operações de Arrendamento Mercantil".

A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) é reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado, no mínimo, anualmente. Em 31 de dezembro de 2012 não foram reconhecidas perdas de ativos por *impairment*.

i. Diferido

O diferido é registrado ao custo de aquisição. A amortização dos gastos de organização e expansão será efetuada pelo período de 05 (cinco) anos, ou 20% ao ano.

Em consonância com a Resolução do CMN n.º. 3.617, de 30/09/2008, os saldos existentes devem ser mantidos até a sua efetiva baixa. A partir da publicação desse normativo só serão registrados as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento de resultado de mais de um exercício e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimos na eficiência operacional.

j. Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos e aquisições de licenças ou direito de uso software são reconhecidos como ativo intangível.

k. Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Os saldos de Depósitos a Prazo são demonstrados líquidos de despesas a apropriar, as quais são reconhecidas no resultado em função dos prazos das operações, como despesas de captação. As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) e os respectivos encargos foram provisionados segundo o regime de competência.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pelo regime de competência, calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões permitidas pela legislação vigente, sendo o imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 mil e a contribuição social constituída à alíquota de 15%.

O imposto de renda diferido no passivo de longo prazo decorre da superveniência e/ou insuficiência de depreciação, pertinentes às operações de *leasing*.

A provisão para contribuição social foi calculada à alíquota de 15% (quinze por cento), ajustado na forma da legislação em vigor, com o reconhecimento da "Superveniência e/ou Insuficiência".

m. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC - 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, em observância à Resolução CMN/BACEN nº 3.823/2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se o parecer dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores legais são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

n. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo desta rubrica está representado por:

	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
Aplicações no mercado		
. Letras Financeiras do Tesouro	10.506	-
. Notas do Tesouro Nacional	15.012	220.123
. Letras do Tesouro Nacional	532.400	154.084
. Rendas a apropriar	(277)	(83)
Total	557.641	374.124
Por Prazo		
Valores a curto prazo	557.641	374.124
Total	557.641	374.124

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em conformidade com a Circular nº. 3.068, de 08/12/2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários foram classificados em "mantidos até o vencimento", portanto avaliados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos, contabilizados no resultado do período.

Em atendimento a Circular nº. 3.082, de 30/01/2002, do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos passam a ser avaliados ao valor de mercado, exceto quando forem contratados em negociações associadas às operações ou aplicações de recursos, no qual a valorização ou desvalorização de mercado será desconsiderada.

a. Títulos mantidos até o vencimento:

A composição da carteira de títulos, demonstrada pelo seu valor de custo, atualizado monetariamente, é a seguinte:

	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
Carteira Própria		
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro	29.483	27.238
Títulos da Dívida Agrária	58	85
Títulos de Renda Variável	-	1.560
Total	29.541	28.883
Por prazo		
Valores a curto prazo	29.506	28.834
Valores a longo prazo	35	49
Total	29.541	28.883

Os títulos classificados nesta categoria não se caracterizam como perda permanente. No decorrer do período os títulos com vencimento até 2014 foram transferidos para o curto prazo.

Quanto ao Vencimento:

	31.12.13				Total Carteira
	Sem Vecto	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	
Mantidos até o Vencimento					
Títulos Emitidos pelo Tesouro Nacional	-	-	29.506	35	29.541
Total	-	-	29.506	35	29.541

	31.12.12				Total Carteira
	Sem Vecto	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	
Mantidos até o Vencimento					
Títulos Emitidos pelo Tesouro Nacional		27.274	44	5	27.323
Ações de Companhias Abertas	1.560	-	-	-	1.560
Total	1.560	27.274	44	5	28.883

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se, principalmente, a empréstimos a empresas do setor privado, com prazo médio de vencimento de 246 dias. As operações "FINAME" apresentam prazo médio de vencimento de 384 dias.

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

O Banco é arrendador de máquinas, veículos e afins, com opção de compra, mediante contratos de arrendamento mercantil, com cláusulas de atualização conforme estabelecido contratualmente. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento, com prazo médio de 215 dias e as operações de "FINAME LEASING" apresentam prazo médio de vencimento de 219 dias.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, com base na classificação do cliente nos níveis de riscos definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

a. Composição das operações de crédito por tipo e atividade:

Por atividade	Saldo da Carteira	
	31.12.13	31.12.12
Indústria	64.229	62.147
Comércio	66.069	62.574
Outros Serviços	352.542	454.292
Intermediação financeira	2.974	-
Pessoa Física	6.083	8.153
Total	491.897	587.166

Por tipo	Saldo da Carteira	
	31.12.13	31.12.12
Arrendamento	7.395	21.332
Empréstimos	274.316	283.696
Financiamentos	173.566	273.939
Fianças	33.888	-
Outros créditos	2.732	8.199
Total	491.897	587.166

b. Distribuição do nível de risco da carteira de operações de crédito e constituição da provisão para devedores duvidosos:

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira 31.12.13	% Distribuição	Provisão
AA	0,00%	86	0,02%	-
A	0,50%	214.027	44,99%	1.070
B	1,00%	183.841	34,50%	1.838
C	3,00%	58.988	12,86%	1.770
D	10,00%	9.219	2,01%	922
E	30,00%	7.969	1,74%	2.391
F	50,00%	7.275	1,59%	3.638
G	70,00%	219	0,05%	153
H	100,00%	10.273	2,24%	10.273
Total		491.897	100,00%	22.055

Nível de Risco	% de PDD	Saldo da Carteira 31.12.12	% Distribuição	Provisão
AA	0,00%	609	0,10%	-
A	0,50%	229.906	39,16%	1.150
B	1,00%	222.568	37,91%	2.226
C	3,00%	73.010	12,43%	2.190
D	10,00%	19.758	3,36%	1.976
E	30,00%	1.368	0,23%	410
F	50,00%	13.964	2,38%	6.982
G	70,00%	6.439	1,10%	4.508
H	100,00%	19.544	3,33%	19.544
Total		587.166	100,00%	38.986

c. Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
Saldo no início do período	38.986	17.997
Constituição da provisão	17.692	35.526
Reversão da provisão	(4.793)	(7.974)
Créditos baixados como prejuízo	(29.830)	(6.563)
Saldo no final do período	22.055	38.986

No exercício foi recuperado o montante de R\$ 5.838 mil (R\$ 6.825 mil em 2012), referente a créditos baixados como prejuízo. O Banco renegociou no exercício R\$ 421 mil das operações classificadas em perdas.

9. INVESTIMENTOS

	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
Participações em outras empresas	125	125
Controladas - MEP	139	125
Títulos Patrimoniais	10	10
Outros Investimentos	1.467	1.467
Total	1.616	1.602

Em março de 2013, o Banco Guanabara S.A. realizou aumento de 99 mil quotas de capital da Sociedade BGI – Administradora de Recursos de Terceiros Ltda., no valor de R\$ 99 mil.

10. IMOBILIZADO

	Taxa de Depreciação a.a	Exercício findo em	
		31.12.13	31.12.12
Imobilizado de Uso			
Instalações	10%	389	389
Móveis e equipamentos	10%	455	449
Sistema de comunicações	10%	125	125
Sistema de processamento de dados	20%	2.320	2.065
Sistema de Segurança	20%	17	17
		3.306	3.045
(-) Depreciação acumulada		(2.424)	(2.088)
Total do Imobilizado de Uso		882	957
Imobilizado de Arrendamento			
Máquinas e Equipamentos		627	627
Veículos e afins		44.108	70.613
Aeronaves		-	2.447
Superveniência de depreciação		29.856	48.204
		74.591	121.891
(-) Depreciação acumulada		(42.419)	(63.192)
Total do Imobilizado de Arrendamento		32.172	58.699
Total do Imobilizado		33.054	59.656

11. DEPÓSITOS

a. A carteira estava assim constituída:

Quanto ao Vencimento:

Depósitos	31.12.13				Total Carteira
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	
À Vista	16.915	-	-	-	16.915
A Prazo	-	3.385	147.195	533.171	683.751
Total	16.915	3.385	147.195	533.171	700.666

Depósitos	31.12.12				Total Carteira
	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	
À Vista	8.249	-	-	-	8.249
A Prazo	-	8.651	36.286	447.566	492.503
Total	8.249	8.651	36.286	447.566	500.752

b. Letras de Crédito Imobiliário - LCI

Por Vencimento	Exercício findo em 31.12.13
	Até 3 meses
Obrigações por emissões	
LCI	2.255
Total	2.255

Títulos indexados pelo CDI, emissão no decorrer do 4º trimestre, com vencimentos entre 60 a 180 dias. Valor Aplicado: R\$2.255 mil. As LCI's são remuneradas a taxa de 90% do CDI.

c. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

Com objetivo de proporcionar maior grau de alavancagem às suas operações, o Banco, em 2010 e 2011, efetuou captações na modalidade de "Instrumentos de Dívida Subordinada" com emissão de Letras Financeiras, no montante de R\$ 10.000 mil, e notas subordinadas, no montante de R\$ 40.000 mil. Os títulos foram emitidos com vencimento entre quatro a cinco anos e tiveram aprovação do Banco Central para serem utilizadas como dívidas subordinadas elegíveis para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência. As Letras são remuneradas a taxa de 100% do CDI. As dívidas totalizaram, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 69.727 mil (R\$ 64.530 mil, em dezembro de 2012).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os repasses no país são compostos por recursos originários de fundos ou programas oficiais, especialmente o “FINAME”, os quais são sujeitos às seguintes taxas:

- Finame Pós – 4,77 % a.a. + TJLP;
- Finame Leasing Pós – 11,30%;
- Finame Pré – 6,31%; e
- Finame Leasing Pré – 6,73%.

	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
Por tipo		
Repasses no País	127.059	245.626
Total	127.059	245.626
Por prazo		
Valores a curto prazo	80.313	124.226
Valores a longo prazo	46.746	121.400
Total	127.059	245.626

Quanto ao Vencimento:

	31.12.13			
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total da Carteira
Repasses no País				
FINAME	25.131	55.182	46.746	127.059
Total	25.131	55.182	46.746	127.059

	31.12.12			
	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total da Carteira
Repasses no País				
FINAME	32.030	92.195	121.401	245.626
Total	32.030	92.195	121.401	245.626

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O Capital Social é de R\$ 66.000 mil, representado por 66.000.000 ações ordinárias nominativas, cujo valor nominal é de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Lucros Acumulados

Em consonância com a Lei 11.638/07, o Banco Guanabara mantém em Reservas de Lucros o valor de R\$ 58.502 mil, referente a lucros não destinados. O saldo desta conta poderá ser destinado para aumento de capital ou utilizado para distribuição de dividendos e compensação de prejuízo.

c. Juros sobre Capital Próprio

São calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, calculado em conformidade com a legislação vigente. Os juros sobre capital próprio foram creditados líquidos de Imposto de Renda na Fonte montante de R\$ 5.191 mil (R\$ 6.551 mil em 2012).

14. LIMITES OPERACIONAIS

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de suas atividades. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar conhecido como Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de risco de crédito e riscos operacionais, mantendo o capital mínimo requerido de 11,00% do patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco. O Banco Guanabara S.A. apresentou, ao final do exercício de 2013, índice de 26,53% (22,73% em 2012), estando bem acima dos 11% determinado pelo Basileia II.

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

O Banco implementou uma estrutura de gerenciamento de risco, em cumprimento a Resolução CMN nº 3.467/07, com desdobramento em três unidades: Informações Gerenciais – Controles Internos e Gestão de Risco. Considerando sua prioridade na estratégia e gestão o Banco possui uma Política de Gestão Integrada de Riscos, com o objetivo de sistematizar a avaliação e controle dos riscos inerentes às atividades fins. Integram esta política os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, a saber:

Risco de Mercado - O Banco adota a metodologia “Value at Risk”, que é calculado diariamente, considerando os princípios ativos. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes, o que possibilita a estratégia de “hedge”. O relatório anual está disponível na instituição e no seu [site](#);

Risco de Crédito – A Gestão do Risco de Crédito do Banco Guanabara tem como objetivo atender o disposto na Resolução n.º 3.721, emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de abril de 2009. Em linha com as recomendações do acordo de Basileia II e observadas às melhores práticas de gestão de risco. Nossa política objetiva a identificação, mensuração, controle e mitigação do Risco de Crédito, através de monitoramento integrado e contínuo desse risco, buscando garantir a integridade e a qualidade dos ativos do Banco, adequação dos níveis de Patrimônio de Referência (PR) aos riscos assumidos, níveis adequados de risco e controle e previsibilidade de perdas, contribuindo para o equilíbrio do lucro da instituição e para a consecução dos objetivos e metas pré-estabelecidos;

A aprovação do crédito segue a política de gestão do risco de crédito onde são estabelecidas as alçadas competentes, procedimentos e metodologias, formando um sistema eficiente e eficaz, capaz de mapear, identificar, controlar e mitigar o risco relativo à probabilidade do não pagamento pelo tomador ou da contraparte;

Risco de Liquidez - O risco de liquidez do Banco é gerenciado através da análise de projeção do Fluxo de Caixa, contemplando os cenários econômicos e financeiros, situação “normal e estresse”. Além disso, os procedimentos adotados permitem identificar a ocorrência de desequilíbrio entre os pagamentos e os recebimentos que possam afetar significativamente a liquidez do banco, levando em consideração os ativos negociáveis, projeção de taxas de juros e prazos; e

Risco Operacional – A área de gestão de risco é responsável pela atividade de gerenciamento. Essa estrutura visa atender o dispositivo da Resolução CMN nº 3.380/2006, tendo sido implementados a política institucional os procedimentos e o sistema necessário para que o gestor identifique, avalie, monitore os riscos associados ao Banco. A descrição da estrutura de risco operacional encontra-se disponível na instituição e no seu site na internet.

16. OUVIDORIA

Em conformidade a Resolução CMN 3.477/2007 e disposições complementares, que visam assegurar a observância das normas regulamentares dos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre as Instituições e seus clientes, o Banco Guanabara possui área de Ouvidoria, que pode ser acessada através do número 0800-2822561, ou do e-mail: ouvidoria@bancoguanabara.com.br

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória n. 627 que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para o Banco.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JACOB BARATA, Presidente
JACOB BARATA FILHO, Vice Presidente
DAVID FERREIRA BARATA, Vice Presidente
ROSANE FERREIRA BARATA, Vice Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

PEDRO AURÉLIO BARATA DE MIRANDA LINS, Diretor Presidente
JOSÉ ROBERTO REIS PRUDENTE, Diretor

CONTADOR RESPONSÁVEL

IVAN SOUSA DE MORAIS
Contador – CRCRJ Nº. 062.649/O-7